

A INTEGRAÇÃO MORFOLOGIA/SEMANTICA: UMA ABORDAGEM QUE FAZ SENTIDO

Maria Lucia Leitão de ALMEIDA¹

Rosângela Gomes FERREIRA²

Carlos Alexandre GONÇALVES³

Daniele Moura PIZZORNO⁴

Lílian Ribeiro FURTADO⁵

Palavras iniciais

Muito as crianças têm a nos ensinar sobre teorias de funcionamento de línguas. É comum, na observação de dados de aquisição da fala que, em determinado momento, a criança regularize uma flexão verbal (*fazi* por *fiz*; *sabo* por *sei*) ou substitua, numa lexia complexa, um termo que não lhe diz nada, por desconhecido o significado (*redentor*, por exemplo, na expressão *Cristo Redentor*), por outro que dele se aproxime de alguma maneira e possa agregar significado (no caso do exemplo, a criança falava *Cristo arrebenô*). Os exemplos são muitos, e de naturezas diferentes: morfológicas, como no primeiro caso; composicionais, como no segundo, e de várias outras (derivacionais, sintáticas, fonológicas). Com certeza, o leitor se lembrará de fatos similares.

¹ Professora Associado II da UFRJ, instituição em que se doutorou em 1992 e na qual atua, desde 1996, no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas. Tem pós-doutoramento, subvencionado pelo CNPq, em Semântica pela UNICAMP. É coordenadora do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português), ao lado de Carlos Alexandre Gonçalves.

² Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e aluna do curso de Doutorado pela mesma instituição. Professora do Curso de Letras e da Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques. Membro do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

³ Professor Associado II da UFRJ, instituição em que se doutorou em 1997 e na qual atua, desde 1998, no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas. Tem pós-doutoramento, subvencionado pelo CNPq, em interface morfologia-fonologia pela UNICAMP. É coordenador do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português), ao lado de Maria Lúcia Leitão de Almeida e Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq desde 2000.

⁴ Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do NEMP.

⁵ Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do NEMP.

O que as crianças fazem ao regularizar uma flexão irregular ou preencher um sintagma com uma propriedade que lhe é conhecida, sugerida apenas pela forma fonológica? Decerto, estão procurando dizer o que querem, mas, como ainda não têm domínio completo dos mecanismos de flexão verbal, nem amplo conhecimento do léxico, tomam a pista possível para aplicação de um padrão.

Fatos simples como esses apontam para a existência de processos cognitivos de aquisição de gramática baseada no uso, em que o significado exerce papel central. É para poder se exprimir que a criança busca um *jeitinho*, que nesse caso é a aplicação de padrões que conseguiu depreender a partir da vivência no mundo dos falantes/ouvintes. É este, pois, o tema central deste artigo: a gramática da língua é adquirida por motivação comunicativa e por depreensão dinâmica de padrões de formação (LANGACKER, 2009). As razões que se verificam nos processos de aquisição são as mesmas de que os falantes se valem para antigos e novos usos linguísticos. A motivação comunicativa que leva à depreensão de padrões formais/conceptuais aponta para a indissociabilidade dos componentes de gramática, o que será verificado neste artigo sobre a motivação semântico-cognitiva dos usos morfológicos – a chamada interface morfologia/semântica.

Essa perspectiva teórica permite uma explicação unificada de processos aparentemente tão diferentes como os flexionais, os derivacionais e os composicionais. Neste texto, selecionamos um exemplo de cada uma dessas operações tipicamente estudadas no âmbito da morfologia. No primeiro caso, a partir do trabalho de Nascimento (2006), discutimos a relação vogal temática-gênero, examinando, com mais vagar, pares do tipo *barco/barca* e *ovo/ova*; no segundo, partimos da análise de Pizzorno (2010) sobre as diferentes acepções do sufixo *-eiro*, como em *chapeiro* (agente profissional) e *cinzeiro* (locativo); no último, concentramo-nos na análise dos compostos a partir de *bolsa* (ALMEIDA, 2008; FERREIRA, 2009), a exemplo de *bolsa-família* e *bolsa-miséria*. Desse modo, apresentamos um tratamento unificado para as três grandes áreas da morfologia: flexão, derivação e composição.

Considerar o fator **significado** como central é presumir uma visão simbólica e processual da gramática, em detrimento de um enfoque que preconize um sistema formal e estático (LANGACKER, 2001). Para Langacker (2009: 628), a aprendizagem

da linguagem consiste em dominar um largo inventário de padrões de atividade. Esses padrões são de variados tipos: motor, perceptual, conceptual, interativo ou de qualquer outra natureza. O autor chama de *unidade* toda e qualquer parte do conhecimento linguístico – do som às sequências sintáticas. Numa concepção baseada no uso, como a aqui adotada, as diferentes unidades linguísticas são abstraídas de eventos de uso. As perguntas-chave para o autor são as seguintes: (a) o que é abstraído e (b) como isso pode ser possível. Essas também são as nossas perguntas para explicar (1) o valor diferencial da vogal temática em pares como *barco/barca; cesto/cesta, sapato/sapata*; (2) as diferentes acepções das formações que se utilizam do sufixo *-eiro*, como *jornaleiro* (profissão), *pagodeiro* (agente habitual) e até mesmo *nevoeiro* e *lamaceiro* (que indicam excesso da substância especificada na base), alcançando, finalmente, uma gama vasta de expressões compostas da língua como *bolsa-família, bolsa-ditadura* e *bolsa-taxi*, entre muitas outras, em que o elemento determinado pode variar livremente de acordo com a criatividade do falante. Com motivação similar, encontramos na *internet* a seguinte coleção de termos para denominar criativamente o “cheque sem fundo” (http://www.interney.net/blogs/aomirante/2008/02/26/a_galeria_literaria_dos_cheques_borrachu/) :

(01)

Cheque Homero - Sacar é uma odisséia.

Cheque Dante - Deixai aqui toda esperança, vós que descontais.

Cheque Camões - “Sacado não serei em nenhuma parte / Se a tanto me ajudar o engenho e a arte”.

Cheque Shakespeare - Descontar é sonho de uma noite de verão; rerepresentar é a comédia dos erros.

Cheque Voltaire - O receptor é de um cândido otimismo.

Cheque Stendhal - O saldo é o vermelho, o crédito é negro.

Cheque Jane Austen - O emissor tem orgulho, e o gerente, preconceito; o portador perde a razão, e o cartório, a sensibilidade.

Cheque Proust - A busca pelo saldo é tempo perdido.

Cheque Hemingway - Só com fuzil na boca. Do caixa.

Cheque Camus - O emissor é a peste; o portador é o homem revoltado.

Cheque Henry Miller - Emitir é uma forma de sexus com o receptor; sacar não tem o menor nexus.

Cheque Norman Mailer - Uma facada.

1. As unidades linguísticas e os esquemas depreendidos: a visão de Langacker 2009

Langacker (2009) propõe como hipótese de trabalho que as unidades linguísticas têm a mesma natureza básica que a existente nas ocorrências de que são abstraídas. Como padrões recorrentes, são necessariamente seletivas em relação a qualquer expressão manifestada num particular evento de fala. Essa seletividade se dá em relação a dois aspectos, fundamentalmente: (a) corresponde somente a algumas facetas da expressão de que faz parte e (b) com essas facetas especifica detalhes da ocorrência atual.

Tomemos por exemplo o sufixo *-eiro*. O falante é exposto a uma série de ocorrências (*jardineiro, sapateiro, lamaceiro, cervejeiro, pagodeiro, futriqueiro, galinheiro, tornozeleira* etc.) em que o sufixo ou apresenta o valor de profissão (*jardineiro*), ou de intensidade do elemento especificado na base (*lamaceiro*), ou de agente ou apreciador (*pagodeiro*), ou atividade eventual (*cervejeiro*), entre outras possibilidades. Ao surgir num anúncio de cerveja como “apreciador fiel”, como é sugerido na peça publicitária para *brahmeiro*, *-eiro* seleciona dois aspectos que não necessariamente estão em outras formações e menos ainda juntos: o apreciador, como uma das acepções selecionadas de *cervejeiro*, e o de fidelidade, como decorrente da repetição do ato. Vê-se, entretanto, que a faceta ‘vício’ não está presente em *brahmeiro*. Quando se faz essa instanciação, a repetição se traduz em fidelidade. Como isso é possível?

A ideia de Langacker (2009) é que as unidades linguísticas são imanentes, isto é, possuem propriedades que lhes são próprias e que se manifestam nas expressões que ajudam a caracterizar. Então, se, anteriormente, Langacker (1987, por exemplo) usava o esquema (A) para representar a estrutura abstrata e a estrutura específica, por causa da constatação da imanência, no texto de 2009 altera a formalização para (B).

(01)



Na formalização (A), a estrutura abstrata e a mais específica estão separadas por boxes e a seta indica a elaboração do último elemento. A formalização usada em (B), apresentada por ele em 2009 (p. 629), indica mais claramente que A está imanente em A'. A seta pode ser entendida como uma atividade de processamento adicional requerida para articular a concepção A em uma concepção mais refinada. Na medida em que A' envolve especificação mais detalhada, precisa também de processamento mais elaborado, como mostrado no caso de *brahmeiro*.

Evidentemente que o processamento mostrado em (B) pode ter mais níveis de elaboração, desdobrando-se em A'', A''' etc. Para o autor, A é um **esquema** e A', uma **instanciação desse esquema**. Aplicadas essas noções à aquisição ou a fatos do uso, A' é uma das facetas do evento e A, a unidade linguística abstrata, que pode ser um som, um sufixo ou uma lexia, entre outras possibilidades.

A imanência das unidades nas expressões traz consequências para como nós pensamos suas abstrações e usos. Uma delas é que a abstração de uma unidade não requer nenhum mecanismo especial, aqui concebido como essencialmente automático, dado o princípio comprovado neurologicamente de que padrões que ocorrem na ativação neural deixam vestígios, o que, evidentemente, facilita sua própria recorrência. O trabalho de Nascimento (2006) pode ser usado para ilustrar com clareza esse modelo.

Em linhas muito gerais, o autor hipotetiza que a vogal temática nominal, além de ser uma categoria formal, carrega informação semântica. Dadas as evidências de frequência de ocorrência do uso das vogais -a/-o em português marcando prototipicamente oposição de gênero (masculino/feminino), o autor defende que as oposições descritas como de vogal temática (como nos pares clássicos *jarro/jarra*;

cesto/cesta) podem ser descritas como abstratização da oposição de sexo, que constituiria o protótipo da relação semântico-formal masculino/feminino.

Ora, na perspectiva que está sendo aqui oferecida, a tese de Nascimento (2006) pode ser relida entendendo-se que o esquema A pode ser instanciado para diversas configurações que vão partilhar características mais específicas coletivamente de A, mas que podem ocorrer não tendo nada em comum, como A', A'', A''' etc. Então, se as vogais -a/-o remetem a uma oposição de sexo (*primo/prima, menino/menina, urso/ursa*) e este é o esquema depreendido, mesmo quando não houver essa relação, a criança buscará fazê-la, como mostram os dados de aquisição analisados em Name (2002): *fado/fada, fono/fona, careco/careca*. Consideremos que esse seja um padrão A'.

No momento atual de eleições presidenciais no Brasil, quando circunstancialmente concorrem duas mulheres, a imprensa já usa, contrariando a prescrição gramatical, o termo *presidenta*, opondo-o a *presidente*. Atualiza, com isso, a vogal temática nominal -e com valor de masculino e a contrasta ao -a de feminino. Consideremos esse o valor A''.

Chegamos, embora com alguma rapidez, aos pares *jarro/jarra; porto/porta; marco/marca*, ora analisados numa perspectiva composicional, em que o significado do todo é estabelecido pela soma dos significados das partes. Na literatura morfológica sobre o português, esses vocábulos seriam considerados sinônimos, já que a vogal temática é considerada um formativo assemântico que se presta apenas à finalização da palavra e à determinação de grupos de formas linguísticas (KEHDI, 1989, SANDMANN, 1990, ROSA, 2000). Isso porque a vogal temática, em si, não apresenta significado, havendo entre essas formas apenas oposição de gênero (aqui, obviamente desvinculada da noção de sexo). Uma inspeção aos dados em (01), a seguir, evidencia que as formas são relacionadas semanticamente e a diferença entre elas está justamente na oposição entre os índices temáticos:

(02)

arco	arca	botânico	botânica
balanço	balança	clínico	clínica
banco	banca	crítico	crítica
barco	barca	estatístico	estatística
barraco	barraca	físico	física
bico	bica	gráfico	gráfica
bolso	bolsa	gramático	gramática
braço	braça	mágico	mágica
calçado	calçada	matemático	matemática
cerco	cerca	mecânico	mecânica
cesto	cesta	metalúrgico	metalúrgica
cinto	cinta	músico	música
comando	comanda	político	política
encosto	encosta	químico	química
espinho	espinha	técnico	técnica
fosso	fossa	carteiro	carteira
fruto	fruta	chapeleiro	chapeleira
horto	horta	churrasqueiro	churrasqueira
jarro	jarra	farinheiro	farinheira
lenho	lenha	fruteiro	fruteira
madeiro	madeira	leiteiro	leiteira

Com base em Langacker (2009), podemos assumir que o que causa a diferença semântica entre os pares em (02) é a imanência do esquema A, apresentado em (01), que repassa a propriedade da diferença. Dessa forma, uma construção masculina como *mato* dá origem à construção feminina *mata* – que deveria ser sinônima da construção original, dada a alegada ausência de significado para as terminações em exame, já que os referentes são obviamente assexuados, sendo, por isso mesmo, em termos composicionais, impossível imputar a indiscutível diferença semântica às vogais -o/-a. Entretanto, quando esse princípio é aplicado, observa-se que há especialização no significado da forma emergente. Essa especialização pode acontecer por meio de uma restrição no valor semântico em relação ao masculino ou então por meio de uma extensão figurativa do significado, de base metafórica ou metonímica. É possível observar que os pares estabelecem relação previsível, a exemplo de *mato/mata*, *barco/ barca*, *jarro/jarra*, *fruto/fruta*, *saco/saca*, *cerco/cerca*,

horto/horta. Nesses exemplos, as formas de feminino funcionam de modo a restringir o masculino correspondente. Para que isso fique mais claro, observemos os exemplos abaixo:

(03) Pedro gosta de viver no meio do **mato**.

(04) Pedro gosta de viver no meio da **mata**.

Na sentença em (04), *mata* representa lugar específico, necessariamente formado por um conjunto de árvores. Por outro lado, o termo *mato*, em (03), é bem abrangente e pode ter como referente qualquer tipo de vegetação. Em outras palavras, podemos afirmar que o termo *mata* na sentença (04) contempla o termo *mato* da sentença (03), mas não o contrário. A mesma relação acontece com os pares *barca/barco*; *jarra/jarro*; *fruta/fruto*; *saca/saco*, em que podemos afirmar, por exemplo, que toda *barca* é um *barco*, mas nem todo *barco* é uma *barca*, assim como toda *jarra* é um *jarro*, mas nem todo *jarro* é uma *jarra*.

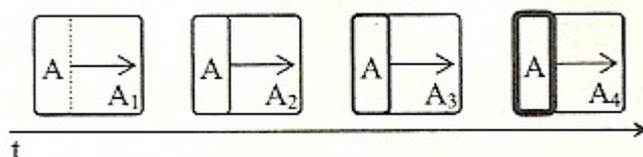
Além do que foi verificado, é possível relacionar os valores semânticos dos elementos por metonímia. Em outras palavras, os referentes de cada membro do par fazem parte do mesmo domínio cognitivo. Assim, *comando/comanda* e *marco/marca* estabelecem entre si relações metonímicas, de diferentes tipos. Em *comando/comanda*, por exemplo, *comanda* é a representação concreta do ato de *comandar* (mas também, em outro contexto, pode designar o registro de consumo em um bar ou restaurante). Já no par *marco/marca*, é o elemento masculino que representa um referente mais concreto.

Podemos também citar a relação de base metafórica, em que temos comparações entre elementos de diferentes domínios cognitivos. Dessa forma, os pares *bico/bica*; *encosto/encosta*; *balanço/balança* apresentam o primeiro elemento no masculino, e esse, por sua vez, apresenta um valor mais básico. Assim, podemos considerar que o feminino é, na realidade, uma nomeação de base metafórica, pois há uma determinada comparação com algum dado do referente de origem. Por exemplo, podemos afirmar que *bica* se assemelha ao aspecto físico de um *bico*.

Nascimento (2006) faz uma análise do par *cesto / cesta*, no que tange ao

reconhecimento do falante sobre a diferença desses termos. Nessa perspectiva, para verificar como os falantes diferenciam um termo do outro, o autor aplicou um teste em que seis informantes, todos cariocas e adultos, precisavam estabelecer a diferença de significado entre os dois termos. Dentre esses, dois informantes não reconheceram a diferença e afirmaram usar de maneira indistinta *cesto* ou *cesta de frutas*, *cesto* ou *cesta de roupa suja*. Entretanto, uma pequena maioria considerou haver diferença relacionada a tamanho e formato. Segundo esses informantes, *cesta* tem dimensão menor e diâmetro da abertura maior em relação ao diâmetro da base; por outro lado, o termo *cesto* tem uma dimensão relativamente maior e diâmetro da base e da abertura mais próximos. Além disso, *cesto* costuma ter tampa. Então, independentemente de o elemento mais geral ser o feminino ou o masculino, o que importa é que os diversos tipos de distinção se farão com base na imanência de A, no esquema apresentado em (01). A recorrência de aplicação de um determinado esquema leva ao seu entrincheiramento⁶, que vem a ser o resultado da quantidade de abstrações feitas. O esquema a seguir reflete esse processo ao ir da linha pontilhada à linha em negrito em torno de A.

(05)



Um outro modo de instanciação de A acontece quando A alcança o *status* de unidade estabelecida, facilmente ativada, e que reúne informações focalizadas diferentemente, tal como acontece com o esquema do sufixo *-eiro*, tema da próxima seção.

3. O refinamento das idéias de Langacker 2009 – sua aplicação à análise do sufixo *-eiro*

⁶ Entrenchment (*entrenchment*) é como, na literatura em Linguística cognitiva, são denominados fenômenos de opacificação.

Dos vários sufixos agentivos denominais e deverbais existentes na língua portuguesa (p. ex.: *-ista*, *-ário*, *-dor*, nte), *-eiro*, sem dúvida, é considerado um dos mais polissêmicos, pois abrange uma rede de acepções por meio da qual é possível estabelecer uma correlação entre os diferentes significados. Diversos trabalhos recentes têm se debruçado sobre o conjunto de derivados por sufixação de *-eiro*: Marinho (2004), Gonçalves e Almeida (2006), Botelho (2009), Pizzorno (2010). Tais trabalhos se caracterizam ou por adotar uma perspectiva diacrônica, ou por se preocuparem com aspectos de categorização, polissemia e recursos figurativos, como a análise e a distinção de metáforas e metonímias, assumindo, pois, uma perspectiva predominantemente lakoffiana (LAKOFF, 1987).

3.1 Estudo do *-eiro*: categorizações, redes, recursos figurativos

De acordo Pizzorno (2010), um dos conceitos cognitivistas fundamentais para organizar os grupos semânticos pertencentes ao formativo em questão é o de categorização e seus efeitos (ROSCH, 1975), assim como as extensões de sentido que construímos a partir de uma das principais habilidades cognitivas humanas: a de metaforizar e metonimizar. Nesse contorno, estabelecem-se princípios semânticos, dentro de uma abordagem cognitivista, que nos fazem compreender as extensões de sentido existentes, também, no âmbito morfológico da língua.

É a partir do esquema categorial, nos termos de Rosch (1975), que se consegue organizar as acepções semânticas em uma taxonomia hierárquica e, conseqüentemente, demonstrar os efeitos *prototípicos* e de *nível-básico*, inerente a todo sistema categorial que estabelecemos cognitivamente. No caso do formativo em questão, estipulamos seis grupos de acepções semânticas⁷, a saber,

- (06) I. **agente** – *jardineiro, chapeiro, brahmeiro, dogueiro*;
- II. **objeto** – *cinzeiro, batedeira, geladeira, enceradeira*;
- III. **local** – *galinheiro, prateleira, penteadeira, banheiro*;
- IV. **vegetal** – *macieira, palmeira, coqueiro, mangueira*;

⁷ As acepções que o sufixo *-eiro* envolve foram constituídas a partir de um *corpus* de aproximadamente 130 palavras retiradas de fontes como *sites* eletrônicos (p. ex.: *Google, Yahoo, etc.*), jornais, revistas e situações de fala espontânea e dicionários eletrônicos (p. ex.: Aurélio sec. XXI, Priberam).

V. **anomalia** (enfermidades) – *unheira, olheira, boqueira, pulmoeira*;

VI. **quantidade** (excesso) – *lamaceiro, geleira, canseira, vuvuzeira*.

A divisão dessas acepções, de acordo com os dados recolhidos em Pizzorno (2010), faz-nos perceber que o grupo de maior produtividade na língua é o de *agente*, ou seja, o significado primeiramente interpretado ou construído pelo falante é aquele que denota agentividade, os quais se referem a seres animados. Com base em propostas anteriores (cf. MARINHO, 2004; SPINASSÈ, 1999; entre outros), verificamos a primazia histórica da acepção de agente, bem como a proto- interpretação de “ser que age” na fase da aquisição da linguagem⁸. Tais evidências auxiliam a esquematizar as extensões de sentido entre os grupos semânticos abarcados por *-eiro*, considerando o efeito prototípico do sistema de categorização. Destarte, as co-relações de sentido podem ser estabelecidas em uma representação de rede polissêmica e esclarecidas pelos possíveis mapeamentos metafóricos e metonímicos que envolvem essas relações.

Em Pizzorno (2010), as extensões de sentido que envolvem as formações *X-eiro* são estabelecidas pela capacidade imaginativa que o falante possui em relacionar propriedades entre os grupos de acepção que esse sufixo envolve, as quais, a priori, não parecem apresentar qualquer tipo de ligação. No entanto, somos capazes de mapear metafórica e metonimicamente características semânticas entre essas categorias, construindo novos significados a partir de um mesmo sufixo, o qual consideramos polissêmico.

Para esta análise, organizamos as possíveis extensões de sentido das construções *X-eiro*. Primeiramente, expomos as relações de sentido que se desenvolvem por extensões metonímicas e, a seguir, apresentamos aquelas que o falante é capaz de elaborar pela capacidade de metaforizar, estabelecendo relações intra ou inter-dominiais.

Em princípio, organizamos, dentre as acepções que o sufixo abrange, aquelas que são construídas metonimicamente a partir do centro prototípico *agente*, o qual,

⁸ No trabalho realizado por Spinassè (1999) a autora verificou, de modo preliminar, que as crianças entre a faixa etária de 3 a 6 anos de idade interpretavam palavras formadas por esse sufixo como agentes.

acreditamos, possui inerentemente um aspecto de *trivialidade*. Dito de outra maneira, os profissionais ou agentes habituais a que as formações com esse sufixo se referem possuem um aspecto de *frequência/recorrência*, isto é, as profissões designadas por *-eiro* tendem a ser, com raras as exceções, menos prestigiadas sócio-economicamente e, por isso mesmo, os indivíduos propendem a trabalhar mais para compensar por aquilo que ganham, tornando mais frequente e comum as atividades a que se dedicam (*sapateiro, chapeiro, sacoleiro, sorveteiro*). O mesmo ocorre com os agentes habituais referidos por esse formativo: exercem, frequentemente, o que é referido pela base (*futriqueiro, marombeiro, orkuteiro, blogueiro*).

De fato, profissões como *pedreiro, jardineiro e dogueiro*, assim como agentes habituais do tipo *maconheiro e bagunceiro*, denotam, em um de seus aspectos semânticos, a característica de *recorrência*, fazendo-nos compreender a extensão que ocorre entre o grupo prototípico **agente** para a acepção **quantidade** (excesso) e desse último para **anomalia** (enfermidade), manifestando metonímia predominantemente conceptual. Julgamos a extensão entre as acepções **agente** e **local** *predominantemente referencial*, pois o significado que iremos construir com o uso do formativo em questão dependerá da seleção do falante em relação aos elementos que compõem a cena. A palavra *jornaleiro*, por exemplo, ora se refere ao local, ora ao agente que, genericamente, “age” com o que está estabelecido na base. A seleção determinada pelo falante corresponde às suas intenções, as quais são construídas pela capacidade de *abstratizar* conceitos, ajustar focos de uma cena – focalizando/subfocalizando aquilo que se quer evidenciar por alguma razão (cf. HEINE & HÜNNEMEYER, 1991; LANGACKER, 1987). Esse mesmo processo de abstratização referencial, mapeado metonimicamente entre as acepções **agente** e **local**, ocorre com outros exemplos, como *agulheiro, bagageiro, cabeleireiro e lixeira*, que ora podemos interpretar como o agente, ora como o local onde encontramos o especificado na base.

As extensões metonímicas que sucedem entre o centro prototípico e a acepção **quantidade** (excesso), diferente do que ocorre entre os grupos **agente** e **local**, são predominantemente conceptuais, isto é, o processo metonímico se manifesta pela seleção de um (ou alguns) dos conceitos que envolvem um determinado grupo semântico formado por *-eiro*. A categoria prototípica **agente** significa, além daquele

(ou daquilo) capaz de desempenhar uma dada função, *frequência/recorrência*, isto é, “um agente que age com/sobre X com frequência”. Explicitando com exemplos, a palavra *faladeiro(a)* remete a um indivíduo que fala em excesso, com frequência, assim como *bagunceiro(a)* àquele que faz bagunça frequentemente. O mesmo se pode dizer dos exemplos que designam agentes profissionais, pois, ainda que não sejam avaliativos como os habituais, inferimos que as profissões designadas pelo sufixo *-eiro*, pelo fato de, normalmente, serem menos prestigiadas, o profissional tende a trabalhar mais (com frequência) para compensar por aquilo que ganha.

Ao que tudo indica, o aspecto semântico de *recorrência/frequência*, inerente à acepção de **agentes**, passou a ser focalizado pelo falante e se especializou como um único grupo semântico. O grupo **quantidade** não apresenta qualquer característica de animacidade, visto que esse traço é abstratizado pelo falante, formando, assim, uma acepção radial no esquema polissêmico. O mesmo princípio ocorre da acepção **quantidade** (excesso) para a **anomalia** (enfermidade). Pelos dados analisados em Pizzorno (2010), bem como em trabalhos anteriores dedicados ao sufixo, percebemos que a grande maioria das palavras derivadas por esse sufixo designa nomes de enfermidades. Nessa última extensão de significado, verificamos a abstratização de um dos conceitos inerentes à acepção de excesso que, nesse caso, é interpretado de modo pejorativo⁹.

Além do processo metonímico de seleção do aspecto pejorativo/negativo inerente à acepção de excesso, formando, assim, uma nova categoria semântica (anomalia/enfermidade), distinguimos outro processo de relação interdominial, pois, ao elaborarmos a metáfora “O QUE ESTÁ/É EM EXCESSO É ANORMAL”, correlacionamos propriedades de domínios de naturezas distintas, ou seja, fazemos analogia entre um domínio referente à **quantidade** com outro referente à **anomalia** (enfermidade). Desse modo, temos de acordo com o trabalho de Jing-Schmidt (2008), um *continuum* da figuratividade entre os processos metonímico e metafórico.

A extensão metafórica que envolve os grupos semânticos **vegetal** e **objeto** é realizada a partir de nossa habilidade cognitiva de idealizar/imaginar seres mais ou

⁹ No caso das formações *X-eiro*, os vocábulos formados normalmente possuem característica avaliativa pejorativa em relação às acepções de agente, quantidade e anomalia.

menos inanimados como entidades suficientemente capazes de agir no mundo (cf. PIZZORNO, 2010). Dessa maneira, partimos do centro prototípico evidentemente animado para outras acepções de caráter menos animado ou absolutamente inanimado, como é o caso do grupo **objeto**.

Numa análise cognitivista, é lícito pensarmos que a experiência que temos em relação às ações humanas transcende para seres menos animados, como é o caso dos vegetais, permitindo-nos idealizá-los como aptos a “produzirem” um determinado fruto, do mesmo modo, todavia, mais conceptualmente metafórico, idealizamos certos objetos/instrumentos como elementos hábeis para realizar uma função, abstratizando, ainda mais, a animacidade inerente e fundamental aos verbos e sufixos que denotam ação. Os nomes que compõem o grupo **vegetal**, normalmente nomes de árvores frutíferas, são formados pelo sufixo *-eiro* através da conceptualização de que árvores como *mangueira*, *macieira*, *jabuticabeira* e *coqueiro*, para citar apenas alguns, sejam capazes de “produzir” o fruto especificado na base.

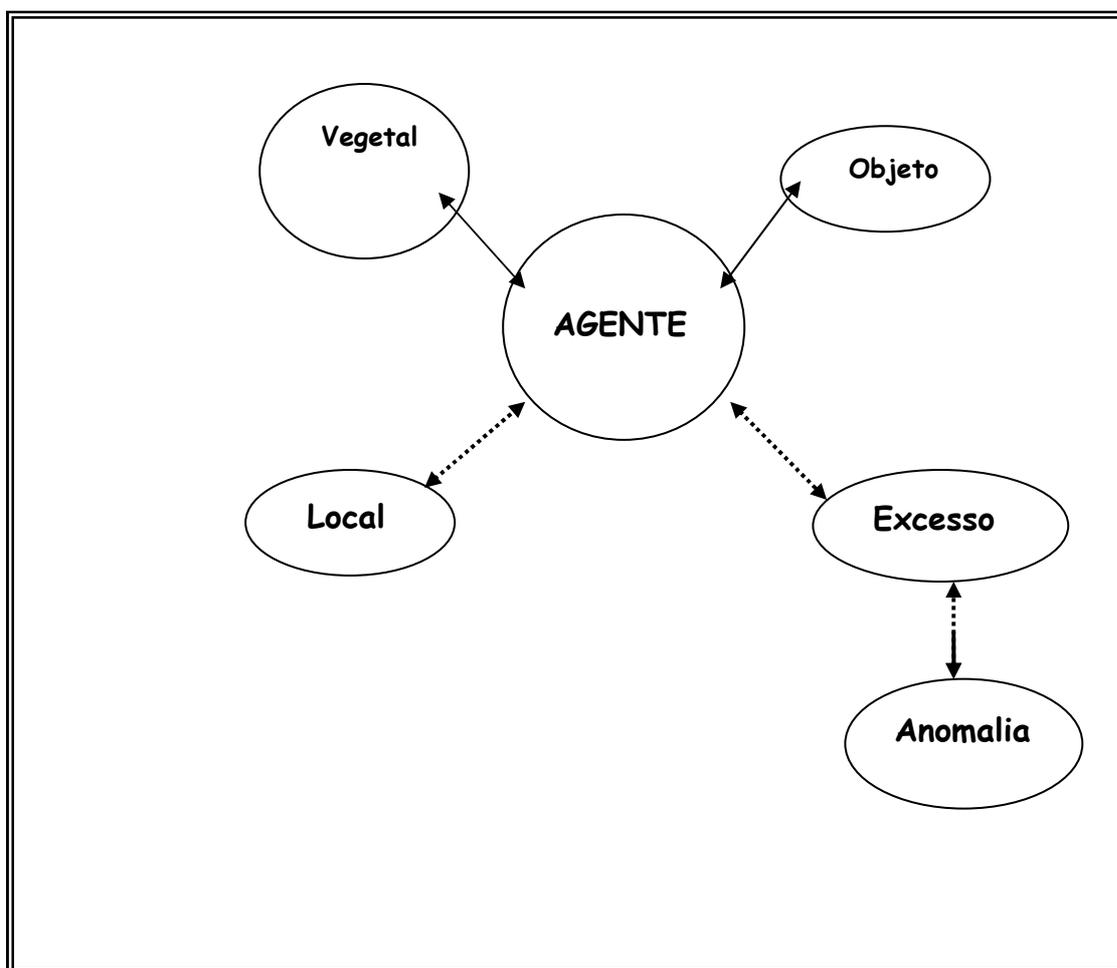
Em relação ao grupo **objeto**, metaforizamos a função de um determinado instrumento como um “ser” capaz de agir autonomamente, abstratizando a interferência de uma ação provinda de um ser animado. Portanto, exemplos como *enceradeira*, *batedeira* e *cafeteira*, entre outros, evidenciam-nos a influência de nossa habilidade cognitiva para a construção do significado, partindo de nossa experiência corpórea para designar conceitos mais abstratos ou mais complexos.

A questão que poderíamos levantar em relação ao grupo **objeto** é se a referenciação que fazemos a essa acepção ocorre por um processo metonímico, isto é, pela seleção/focalização de um objeto que compõe uma cena básica, ou pela metaforização, idealizando-o como uma entidade suficientemente capaz de agir no mundo. A primeira hipótese não é considerada nesta análise, pois acreditamos que, assim como os agentes, os objetos também compõem partes de uma cena, enquanto o grupo referente a **local** representa a cena como um todo e é justamente pela relação *todo/parte* que elaboramos a metonímia. A extensão agente–local seria, no entanto, uma metonímia contrária à instituída por Lakoff & Johnson (1980). Em vez de somente considerarmos o mapeamento metonímico como “parte pelo todo”, poderíamos estabelecer uma metonímia inversa - TODO PELA PARTE - levando em conta, principalmente, os exemplos utilizados pelos próprios autores: “The White

House isn't saying anything" (A Casa Branca não se pronunciou); "Wall Street is in panic" (Wall Street está em pânico) – (LAKOFF & JOHNSON, 1980: 36). A segunda hipótese nos mostra a inexorável relação entre nosso sistema cognitivo e a construção do significado.

A partir desta análise, sugerimos uma rede polissêmica completa, com todas as categorias semânticas discutidas, com o intuito de sistematizar/ formalizar, em (06), a seguir, as noções conceituais descritas de um modo diagramal:

(07)



Diferenciamos com linhas contínuas e tracejadas as extensões metafóricas e metonímicas que se processam entre as acepções estabelecidas para o sufixo *-eiro*. As linhas tracejadas, portanto, representam as extensões metonímicas, enquanto as contínuas representam as metafóricas. Sobreposmos as linhas tracejadas e contínuas entre as acepções **quantidade** (excesso) e **anomalia** (enfermidade) pelo fato de

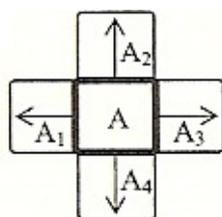
compreendermos a ocorrência de ambos os processos entre esses dois grupos semânticos.

3.2. O confronto de modelos

Apesar das inegáveis contribuições que análises como as apresentadas em 3.1 deram ao conhecimento e à descrição das motivações, processos e produtos da derivação com o sufixo *-eiro*, oferecendo até mesmo um modelo para que outros processos derivacionais sejam estudados, verifica-se que, em contraste com o estado da arte de outra visão cognitivista – a do Langacker 2009¹⁰ – alguns aspectos poucos explicados ficam melhor esclarecidos.

Em primeiro lugar, há uma vantagem analítica inegável em se colocar a “ação” como o esquema abstraído e pensar que as instanciações são atualizações de facetas provenientes de A. O diagrama a seguir oferece uma visão resumida com a vantagem de mostrar diretamente a identidade básica de A nos diferentes eventos de uso.

(08)



Langacker observa que “o esquema pode perfeitamente ser bem abstraído como unidade mesmo quando nenhuma das estruturas que ele dá suporte alcança o mesmo status” (p. 630). No diagrama, A está entrincheirado e espraia para as instanciações A', A'', A''' e A''', em que cada uma ocorre só uma vez e não se

¹⁰ Por Linguística Cognitivista, entende-se um conjunto de propostas e métodos que nem sempre tem as mesmas premissas nem os mesmos relevos. Então, embora tanto Lakoff & Johnson sejam “cognitivistas” como Langacker, o último preocupa-se bem mais com as relações cognição/linguagem e menos com aspectos culturais e com os efeitos dos processos de extensão do significado na língua.

estabelecem. A isto o autor chama de **efeito de ressonância**, chamando a atenção para que esses processos de abstração podem ter variados níveis, que dependem do grau de especificidade da informação da forma instanciada.

Dado o fato de que o esquema é **abstraído** e que A está entrincheirado, propomos que A seja, para as formações em *-eiro*, “ação”. Propor “ação” como esquema das diversas construções com *-eiro* explica como suas extensões estão previstas no diagrama e podem ser depreendidas dos eventos de uso e não precisam ser explicadas e nem gerar uma categoria de outra (como, por exemplo, **anomalia de excesso**) e nem dar explicações diferenciadas para a relação entre o centro prototípico **agente** e o **local**).

Só tendo “ação” como esquema é que se pode generalizar e unificar a recorrência dos diversos padrões de *-eiro* como facetas de processamento mais elaborado de tais eventos. A existência de rotinas de processamento pré-embaladas facilita tanto um processamento mais elaborado quanto impõe uma particular estrutura para a instanciação. Assim, certas facetas de um evento de uso são apreendidas como instância de uma unidade linguística particular. Isso explica, por exemplo, o significado particular da palavra *salseiro* significando bagunça, desentendimento. Como derivada da dança *salsa*, em que há muita movimentação, *salseiro*, como propriedade de um evento, não entra confortavelmente nem na categoria **excesso** nem **local**, embora essas facetas estejam presentes nela. Como mérito, as abordagens anteriores se impõem por indicar o processo da recorrência, coincidentemente igual ao preconizado por Langacker (2009).

4. O modelo de Langacker 2009 e os compostos de base nominal

Um dos aspectos mais interessantes na observação dos compostos em português é o cotejo do que é dito na literatura de base estruturalista e a verificação do que surge na língua em uso.

Na Gramática Tradicional (GT), pode-se perceber que acerca da formação de palavras compostas, destacam-se três critérios recorrentes:

- (a) ser a combinação de dois vocábulos que tenham tido, anteriormente, existência independente na língua;

- (b) ser formado por vocábulos que possuam, cada um deles, seu significado específico e
- (c) resultar em um vocábulo único, com um significado novo - em relação ao dos elementos formadores - e constante.

Da mesma maneira, ao verificarmos a posição de linguistas consagrados em Morfologia (CÂMARA JR., 1970; SANDMANN, 1989; BASILIO, 2004; KEHDI, 1990), percebemos que o que se tem são listas em que autores apontam uma divisão das palavras compostas em pequenos grupos afins, que compartilham características comuns.

Outro aspecto a destacar é a definição de composição sempre em oposição à derivação, como propõem estudiosos como Basilio (2004) e Kehdi (1990). Tais autores destacam que, na derivação por sufixação, por exemplo, cada sufixo apresenta uma noção definida que será transferida para a nova palavra. É o caso do sufixo *-ite*, portador do significado de “inflamação”; logo, quando afixado a qualquer base, sabe-se que a forma final indicará uma inflamação: *bronquite* (inflamação dos brônquios) ou *tendinite* (inflamação dos tendões). Em outras palavras, o significado das palavras formadas por sufixação é previsível, já que, sabendo-se o significado do sufixo, é possível determinar o significado da nova palavra.

Ao contrário, a composição, por envolver a junção de duas formas livres, não pode ter o significado final previsto pela simples concatenação de bases, porque a junção dos formativos remete a um significado que não apresenta relação com o significado isolado de cada membro. Por exemplo, em *amor-perfeito*, a adjunção das bases não é capaz de indicar o significado final, que é uma flor, e não mais *amor* e *perfeito*, tomados isoladamente. Assim, na composição, não importa o significado de cada uma das partes, e sim o produto, cujo significado se distingue da noção expressa por cada base – daí a não-possibilidade de padronização apontada pelos autores, pois não é possível construir um paradigma em que determinada base carregue um significado fixo para diversas formas finais, segundo a perspectiva adotada por eles. Para reforçar tal hipótese, Basilio (2004:33) elucida:

...a derivação envolve um afixo, que é um elemento estável, com função sintática ou semântica predeterminada. O processo de composição, ao contrário, envolve a junção de uma base a outra

base; não há elementos fixos, não há funções predeterminadas no nível dos elementos. (BASÍLIO, 2004:33).

Basílio (2004) e Kehdi (1990) falam também que a derivação sufixal ou prefixal atua somente no nível morfológico, uma vez que envolve, por exemplo, a adjunção de um sufixo (forma presa) a uma base (forma livre), enquanto a composição combina os níveis sintático e morfológico, pois une duas ou mais bases que constituem formas livres na língua (de emprego sintático, portanto, já que podem constituir enunciado). Assim, conforme já exposto anteriormente, tem-se um processo morfológico de formação de palavras envolvendo a adjunção de palavras que atuam no nível sintático, por serem formas livres. Mas nada tem sido proposto em termos de tratar o processo como um padrão na língua. O que se reconhece é que *“os processos de composição obedecem à necessidade de expressão de combinações mais particularizantes de significado”* (BASÍLIO, 2004: 31), diferentemente dos processos de derivação que *“formam palavras cujas propriedades sintáticas e semânticas são de caráter fixo predeterminado e de teor geral”* (op.cit.).

O que tentaremos abordar aqui é que, ao contrário do que se afirma, as formações compostas em língua portuguesa podem sim ser previsíveis e regulares, mas apenas se nos apoiarmos em estudos que as descrevam do ponto de vista morfossemântico, e não apenas morfológico. E, além disso, se nos valemos da noção de **gramática simbólica**, em que o ponto de partida é o **significado**, e é uma gramática baseada no uso, **podemos postular que o processo cognitivo que instancia processos flexionais, como visto com a vogal temática, processos derivacionais, como o estudo do -eiro, instancia igualmente os processos composicionais.**

Note-se que falamos de processos composicionais, e não simplesmente de composição, porque, na proposta aqui defendida, a de Langacker (2009), a gramática é dinâmica.

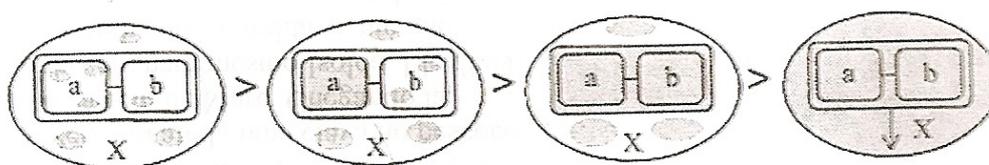
5. As unidades langackerianas e o caso de *bolsa*

A situação dos compostos pode ser entendida à luz da explicação de Langacker (2009:631) para o caso de termos duas unidades, A e B, estabelecidas na língua,

ambas imanentes de X – alguma porção do evento de uso, potencialmente caracterizável de uma ou outra forma. Seu exemplo é que X pode ser apreendido, como parte da cena descrita como um objeto cujo formato pode ser rotulado ou como caneca ou como xícara. Estamos, sem dúvida, face a um problema de categorização que é, sob esse aspecto, similar ao de rotulação de remuneração como o feito por *bolsa-floresta* ou *bolsa-ditadura*. Categorização, sob a ótica do autor, é um fenômeno interativo, que pode ser descrito em vários estágios. No estágio inicial, certas características do alvo (X), talvez de modo muito rudimentar, são ativadas num processamento preliminar. Essas características ativadas tendem a ativar unidades que costumam ocorrer com elas.

No diagrama a seguir, observam-se duas características como parte da unidade A e um como parte da unidade B. Essas unidades competem pelo privilégio de categorizar X. Como A possui mais atributos, na continuação do processamento, A é inteiramente ativada, vencendo (e subfocalizando B). Ao ganhar a competição, é que a própria especificação de A constitui o alvo (X). Em suma, X é apreendida como uma instância de A. Aqui é considerado o caso em que uma unidade abstrata é do mesmo escopo tanto do alvo (X) quanto da forma vencedora (A).

(09)



O que é interessante é que o próprio Langacker (*op.cit.*, p. 632) afirma que o caso acima pode ser generalizado para estruturas complexas que envolvem unidades múltiplas que diferem no escopo, como é o caso dos compostos. Neles, cada unidade representa rotinas cognitivas bem estabelecidas. Normalmente, a unidade – uma unidade lexical, por exemplo – é adquirida no contexto de expressões maiores sintaticamente que definirão as propriedades gerais. A rotina de processamento

identificada para o caso de uma unidade simples (xícara ou caneca) é encaixada em rotinas maiores da construção com que o item normalmente ocorre. Tomemos o caso de *bolsa*.

A palavra *bolsa* originou-se do latim *bursa*, “bolsa, receptáculo, mercado de bens e moedas”, e do grego *búrsa*, “pele curtida, couro, odre para vinho” (HOUAISS, 2009). Assim, vemos que o sentido de *bolsa*, como conhecemos hoje e tal como se fixou na língua, é decorrente de uma extensão metonímica, pois a partir do material de que era feito – “couro”, primeira acepção de bolsa – formou-se a acepção “utensílio que carrega algo de valor”.

Com o uso, a palavra passa a fazer referência à ajuda de custo ou auxílio para um determinado fim social e de cunho institucional, sendo um rendimento periódico, recorrente, frequentemente mensal. Assim é que aparecem na língua, num determinado momento histórico-político-social do nosso país, formações como *bolsa-família* e *bolsa-escola*.

Nesse caso, A (*bolsa*) algumas vezes ocorre com B (*família*) e outras com C (*escola*). Essas várias ocorrências promovem o gradativo entrincheiramento de *bolsa*. Dependendo da frequência de uso, os compostos AB e AC podem também se entrincheirar. Seu grau de entrincheiramento traduz-se num comprimento de tendência para essas estruturas complexas, que podem ser ativadas quando um dos seus componentes o é. Uma vez estabelecidas como unidades, elas podem ser ativadas para categorização de eventos de uso. Por exemplo, se um pai sustenta um filho desempregado poderia denominar tal contribuição como ‘bolsa-família’.

Uma das considerações importantes da abordagem baseada no uso é a constatação de que muito da linguagem que nós usamos é pré-fabricado. Langacker (*op.cit.*) cita o caso da expressão *muito bem*, que é uma estrutura complexa, mas que não pode ser entendida composicionalmente. O *bem* dessa expressão, que é processada como um todo, não pode ser entendido como “bem material”, por exemplo, pois esta não é a categorização associada a expressão *muito bem*. Essa unidade complexa é evocada para categorizar X (no caso, um juízo de valor). Esse evento de uso é apreendido como uma instância de AB para categorizar X.

O autor lembra, ainda, que se pode considerar o caso em que duas sequências

lexicais estabelecidas são colocadas juntas para formar uma nova expressão. Então, se a sequência *bolsa* é conhecida, as sequências *bolsa-família* e *bolsa-escola* também, mas não a sequência *bolsa-floresta* ou *bolsa-ditadura*. Então, o que acontece para que cada um desses compostos nomeie seus respectivos Xs?

O ponto chave para Langacker (2009) é que tais unidades complexas se sobrepõem, entrando numa atividade de processamento parcialmente partilhado, mais do que elementos separados ou disjuntos. Os compostos não são armazenados em separado, embora cada palavra de *per si* o seja. Quando eles ocorrem, evocam um padrão de atividade, no caso o padrão *bolsa-X*. Então, uma importante consequência dessa concepção dinâmica da estrutura linguística é que a composição é essencialmente fruto de coativação. Ao por essas palavras juntas, não estamos efetivamente apenas juntando-as: as conexões já preexistem, na forma da atividade de processamento partilhada, que é o esquema construcional. Em outras palavras, vamos processar *bolsa-floresta* em termos do esquema pré-existente de *bolsa-escola*, como os ajustes necessários à interpretação.

Recentemente, temos vivido uma política de compensação, em que o governo oferece algum auxílio aos cidadãos na tentativa de suprir a falta de algum direito ou benefício. Por essa razão é que se oferecem medidas compensatórias. É aí que surgem, então, na imprensa e na política, tendo como base essa aceção que tomamos como prototípica, palavras como *bolsa blindagem*, *bolsa floresta*, *bolsa boiola*, *bolsa estupro*, *bolsa aluguel*, *bolsa gargalhada*, *bolsa reclusão*, *bolsa geladeira*, *bolsa celular*, *bolsa-invasão*¹¹ entre outras, que só podem ser apreendidas se os sujeitos levam em conta esse momento sócio-histórico-cultural.

¹¹ Tais formas foram rastreadas nos seguintes endereços, nesta ordem:
<http://www.almacarioca.net/o-bolsa-blindagem-joao-ubaldo-ribeiro/>;
http://oglobo.globo.com/economia/miriam/post.asp?t=bolsa-floresta&cod_Post=114938&a=73 e
<http://portalamazonia.globo.com/detalhe-artigo.php?idArtigo=295>;
[http://www.conteudo.com.br/studart/manifesto-contra-a-ditadura-gay-o-bolsa-boiola-e-o-k-y-do-temporao](http://www.conteudo.com.br/studart/manifesto-contra-a-ditadura-gay-o-bolsa-boiola-e-o-k-y-do-temporao;);
http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20071213/not_imp95241,o.php;
odia.terra.com.br/economia/htm/vem_ai_o_bolsa_aluguel;
<http://resende.blogspot.com/2008/12/bolsa-gargalhada.html>;
<http://www.previdenciasocial.gov.br>;
Jornal “O Dia” em 20 de fevereiro de 2009;
Jornal “EXTRA” em 11 de novembro de 2009 e
Jornal “O Globo” em 15 de abril de 2009.

Ferreira (2009) apresenta um estudo sobre essas formações, em que podemos identificar a relação semântica existente entre tais construções, além de reforçar a hipótese de que a existência de unidades esquemáticas é responsável pela previsibilidade possível nas formações ora em voga.

(10)

Formação lexical com a lexia “bolsa”	Referência atribuída à “bolsa” no texto analisado	Propriedades de “bolsa” mantida no texto	Propriedades que fogem ao conceito prototípico de “bolsa”
Bolsa família	Consiste-se na ajuda financeira às famílias pobres e indigentes do país, com a condição de que estas mantenham seus filhos na escola e vacinados.	- Pago pelo governo federal - Medida emergencial para tentar reduzir a pobreza - Destina-se à população de baixa renda - Fim social - Periodicidade	
Bolsa escola	Pagamento de uma bolsa às famílias de jovens e crianças de baixa renda para frequentarem a escola regularmente.	- Pago pelo governo federal - Medida emergencial para tentar reduzir a pobreza - Destina-se à população de baixa renda - Fim social - Periodicidade	
Bolsa-Blindagem	Sugestão do autor de uma bolsa paga pelo governo na tentativa de proporcionar à população o direito de blindar casas, carros e o que mais for necessário	- Pago pelo governo - Medida emergencial	- Destina-se à classe alta - Caráter supérfluo - Não é periódico - Não tem fins sociais
Bolsa-Aluguel	Serviço de locação social proporcionado pelo pelo governo a famílias de baixa renda	- Caráter governamental - Fim social - Destinado à população de baixa renda	- Ocupação de lugares desativados – não é um pagamento - O benefício exige pagamento por parte do beneficiário
Bolsa-Floresta	R\$ 50,00 pagos a cada família que prestar serviços ao governo	- Peridicidade - Auxílio financeiro	-Não é governamental -Não possui um fim social e sim político -Não se trata de uma ajuda e sim pagamento em troca de serviço
Bolsa-Floresta	Criação de áreas	-Fundo	-Trata-se de um

	protegidas, com “a presença de escola e as políticas de qualificação de recursos humanos”	governamental -Fim social	serviço, mas sem pagamento, sem auxílio financeiro -Não é periódico
Bolsa-Gargalhada	Artistas do programa da TV Globo “Toma Lá, Dá Cá” que nos fazem rir, que nos divertem	Periodicidade	-Trata-se de pessoas e do que elas proporcionam -Não há fundo governamental -Não há investimento financeiro
Bolsa-Boiola	Camisinhas, lubrificantes (KY) e pênis de borracha e uma cartilha ensinando as técnicas mais prazerosas do sexo anal destinadas à comunidade gay do país.	-A verba é decorrente dos cofres públicos -É destinado a um público marginalizado, que, de alguma maneira, encontra dificuldade de inserção social	-Trata-se de objetos a serem distribuídos -Não é periódico
Bolsa-Estupro	Salário mínimo pago pelo governo por 18 anos a mulheres que foram estupradas e engravidaram e o tratamento com psicólogos pagos pelo governo para influenciar essas mulheres a não abortarem.	-Pagamento governamental -Periodicidade -Finalidade social	-Tratamento médico -Não é destinado à classes desprivilegiadas. -Caráter religioso
Bolsa geladeira	Programa de incentivo para troca de geladeiras para modelos que consomem menos energia, possibilitando as pessoas de baixa renda usarem a geladeira antiga como uma espécie de “entrada”, financiando o restante em longas prestações, que seriam subsidiadas pelo governo.	- Finalidade social - Destina-se ao público de baixa renda - É subsidiado pelo governo	- Não é periódico - Exige troca de mercadoria - Visa a redução do consumo de energia.
Bolsa reclusão	Benefício devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, durante o período em que estiver preso em regime fechado ou semi-aberto.	- Pago pelo governo - Periódico	- Não leva em conta a classe econômica do beneficiário

Bolsa Celular	Projeto de telefonia móvel, destinado às classes D e E. Permite que os beneficiários do bolsa família ganhem telefone celular sem pagar nada.	- Destinada à pessoas de baixa renda. - Não envolve dinheiro	- Não é periódico - Não é dado pelo governo, pois envolve uma parceria com empresas telefônicas - O benefício é um celular.
Bolsa Invasão	Auxílio financeiro aos moradores de favelas em área de risco ou de preservação ambiental.	- Pago pelo governo - Periódico - Destina-se a uma classe marginalizada.	- Um programa social que, de alguma maneira, estimula um problema social (a ocupação dessas áreas). - Não tem a ver com as necessidades das pessoas que o recebem.

Adaptado de Ferreira (2009)

Palavras Finais

Este trabalho procurou evidenciar que a proposta de Langacker (2009), ao sugerir que unidades linguísticas de qualquer nível podem ser apreendidas de eventos de uso, possibilita a análise unificada de fenômenos tidos como distintos. Tal procedimento faz-nos compreender que os processos cognitivos são rotinas similares para o que aparenta ser de natureza formal e semântica diferente: elementos da flexão, da derivação e da composição, as três principais áreas da Morfologia.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. L. L. *Bolsas e cabeças de todos os tipos*. Projeto de pesquisa encaminhado ao CNPq. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 2008.
- BASILIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- BOTELHO, L. S. *Uma abordagem sociocognitivista das construções agentivas X-eiro*. In MIRANDA, N. S. & SALOMÃO, M. M. (org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 178-201.
- CAMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- FERREIRA, R. G. *As possibilidades referenciais de lexias: a contribuição da Linguística Textual*. In: *Revista Gatilho, UFJF, Ano IV: Volume 8: Setembro 2008*. Disponível em <http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2009/12/VOLUME-8-As-possibilidades-referenciais-de-lexias.pdf>.

GONÇALVES, C. A. & ALMEIDA, M. L. L. “Aplicação da construction grammar à morfologia: o caso das formas X-eiro.” *Linguística* (PPGL/UFRJ), v. 2, p. 229-242, 2006.

HEINE, B. & HÜNNEMEYER F. (1991). *From cognition to grammar - Evidence from African languages*. In TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. V. I, 152-187. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Pub. Co.

JING-SCHMIDT, *Much mouth much tongue: Chinese metonymies and metaphors of verbal behavior*. University of Cologne, Department of General Linguistics, Albertus-110 Magnus-Platz, 50923 Köln, 2008.

KEHDI, V. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 1989.

KEHDI, V. *Formação de Palavras em Português*. São Paulo: Ática, 1990.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University Press, 1987.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*, V. 1. Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. W. *Dinamicity in grammar*. *Axiomathes*, 12: 7-33, 2001.

LANGACKER, R. W. *A dynamic view of usage and language acquisition*. *Cognitive Linguistics*, 20-3: 627-640, 2009.

MARINHO, M. A. F. *Questões acerca das formações X-eiro do português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Letras (Letras Vernáculas)) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 4^a ed. São Paulo: Pontes, 2002.

NAME, Maria Cristina Lobo. *Habilidades perceptuais e lingüísticas no processo de aquisição do sistema de gênero no português*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.

NASCIMENTO, (2006). Mauro José Rocha do. *Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática das construções*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PIZZORNO, Daniele Moura. *Polissemia da Construção X-eiro: uma abordagem cognitivista*. Rio de Janeiro: UFRJ / Faculdade de Letras, 2010. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

ROSA, M. C. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

ROSCH, E. *Family resemblances: studies in the internal structure of categories*. *Cognitive Psychology*, 1975. p. 573-605.

SANDMANN, A. J. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1990.

SANDMANN, A. J. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1989.

SPINASSÉ, K. P. (1999). *As formas X-eiro e a aquisição dos significados agente e locativo*. Rio de Janeiro: FAPERJ - Relatório final das atividades de IC, mimeo.